

Inteligência prova inocência de acusado

O trabalho feito pela inteligência foi determinante, por exemplo, para provar a inocência de um policial civil acusado de dois crimes de extorsão ocorridos em julho e setembro de 2000. Mesmo após ser julgado e condenado a 11 anos de prisão, em 2004, a Corregedoria de Polícia Civil continuava a acreditar na inocência do policial.

Considerado um agente modelo e trabalhando internamente como assistente administrativo na Academia de Polícia há mais de 20 anos, Antônio Ferreira Neto, 47 anos, foi denunciado pelo Ministério Público em abril de 2001 por chantagear comerciantes da Feira dos Importados.

A denúncia dos promotores foi baseada no reconhecimento – por fotografia – feito pela mulher de um dos comerciantes vítima da extorsão. Os policiais civis usavam um carro com placa clonada para abordar os comerciantes no momento em que transportavam mercadorias, quase sempre sem comprovação fiscal. Marcelo (nome fictício), dono de uma banca de equipamentos eletrônicos, chegou a rodar durante quatro horas dentro do carro dos policiais até aceitar entregar todas as

suas mercadorias para não ser preso.

Após a denúncia dos comerciantes, a corregedoria instaurou sindicância para apurar a ação dos dois agentes. Ainda durante as investigações, ficou comprovada a inocência de Antônio Neto. "Mesmo com o nosso parecer, o Ministério Público resolveu denunciá-lo em razão do reconhecimento de uma testemunha", disse o corregedor da Polícia Civil, Cléber Monteiro Fernandes, que apurou o caso.

■ Monitoramentos

Oito meses antes da condenação, a corregedoria e representantes do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol) enviaram o caso ao Departamento de Atividades Especiais (Depate). Após um ano de monitoramentos, agentes da inteligência descobriram que o verdadeiro culpado pelas extorsões não era Neto, mas sim outro policial civil que tinha grande semelhança física com ele.

"Rastreamos o sinal dos celulares que estavam com os verdadeiros culpados no momento das extorsões", explicou o delegado Celso Ferro, que coordenou o trabalho de inteligência.

Fotos de satélite mostraram que o sinal emitido pelo aparelho de Antônio Neto estava do outro lado da cidade.

Com a descoberta, surgiu o verdadeiro culpado. Idegilson Aguiar Cavalcanti tem o mesmo biotipo de Antônio Neto e, com um outro policial, que ainda está na ativa – e deverá ser novamente indiciado hoje – costumava extorquir os comerciantes da Feira dos Importados. A testemunha que acusou Neto o confundiu com Idegilson. Em razão do relatório da inteligência, que foi entregue em abril deste ano à Justiça, o processo foi suspenso.

Segundo Celso Ferro, o juiz que aprecia o caso deu um prazo de dez dias para que o Depate entregasse o relatório que comprovava a inocência de Neto. "Depois de analisar as provas ele não teve outra alternativa senão suspender o processo", disse. No decorrer das investigações Neto resolveu se aposentar da polícia. "É muito difícil lidar com uma suspeita dessas quando se é inocente. Desenvolvi uma série de doenças cardíacas por causa disso", contou. Há dois anos, Idegilson pediu dispensa da Polícia Civil e deixou o Distrito Federal.



■ DELEGADO CELSO FERRO COORDENOU O TRABALHO DE INTELIGÊNCIA